

Nelson Rego e Salete Kozel  
Organizadores  
Ana Francisca Azevedo  
Colaboradora

# NARRATIVAS GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS

para viver, é preciso espaço e tempo

Volume I



**Nelson Rego e Salete Kozel**  
Organizadores  
**Ana Francisca Azevedo**  
Colaboradora

# NARRATIVAS GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS

para viver, é preciso espaço e tempo

**Volume I**

2020

**Editoras**





ISBN E-book: 978-85-94121-07-3

1ª Edição - 2020

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

### **Editora Compasso Lugar-Cultura**

Responsável André Suertegaray Rossato

Porto Alegre - RS - Brasil

Telefones (51) 984269928

compassolugarcultura@gmail.com

www.compassolugarcultura.com

### **Editora IGEO - UFRGS**

#### **Editores**

Cristiano Quaresma de Paula

Dirce Maria Antunes Suertegaray

#### **Capa**

Cristiano Quaresma de Paula

Pintura "Parque de Diversões", de Djanira Motta e Silva (1948, óleo sobre tela, 60 x 73 cm, acervo do Museu de Arte de Santa Catarina, foto: Márcio Martins).

### **Conselho Editorial**

Álvaro Heidrich

Carlos Henrique Aigner

Cláudia Luíza Zeferino Pires

Dakir Larara Machado da Silva

Dilermando Cattaneo da Silveira

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Helena Copetti Callai

Jaeme Luiz Callai

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Laurindo Antonio Guasselli

Maíra Suertegaray Rossato

Nelson Rego

Roberto Verdum

Rosa Maria Vieira Medeiros

Sinthia Batista

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

N234

v.1-2

Narrativas, Geografias e Cartografias: para viver é preciso espaço e tempo /

Nelson Rego, Salete Kozel, organizadores; Ana Francisca Azevedo, colaborador – [IGEO, Departamento de Geociências da UFRGS]. Porto Alegre : Compasso Lugar-Cultura, 2020.

v. 1 : 1-666p.

ISBN 978-85-94121-07-3

1. Geografia Humana. 2. Coletâneas de textos. I. Título II. Rego, Nelson (org.). III. Kozel, Salete (org.). IV. Azevedo, Ana Francisca (colab.).

CDU 911.3

CDD 304.2

# Cartografia Quilombola: Nossos Mapas, Outras Geografias

---

Cláudia Luísa Zeferino Pires  
Lara Machado Bitencourt

---

## Olho o mapa da cidade... cidade para quem?

Era uma casa que entrava de quatro pés [...] um pé de café [...] um matinho com muitas ervas plantado pelo Tio Wilson [...] quando minha vó chegou aqui não tinha o “coro” dos pés e rolou muito por esse morro [...] As memórias narradas por Rosângela da Silva Ellias - a Janja, liderança do Quilombo dos Alpes, situado na cidade de Porto Alegre/RS - compõem as heranças e as experiências de espaço enunciadas pela presença quilombola através de suas estratégias de resistência e enfrentamento à exclusão e a invisibilização social. São essas memórias e presenças que nos possibilitam afirmar as cartografias quilombolas no mapa da cidade de Porto Alegre.

Neste capítulo, apresentamos os percurso metodológicos que nos possibilitam desenvolver o trabalho de organização comunitária junto a comunidade do Quilombo dos Alpes, e os auxiliando a promover a visibilidade quilombola na cidade, atentando para as disputas inerentes a questão quilombola no âmbito da urbanização contemporânea brasileira.

O conceito de Quilombo tem seus primeiros registros na história geográfica brasileira durante o período colonial, por volta de 1543 quando os negros escravos vindos de África se opunham ao regime de violência e desumanização imposto pelo sistema escravista aos povos negros, indígenas e marginalizados. Os quilombos desde seu primórdio representam a organização socioterritorial do povo pobre, com forte viés racial afirmado pelos povos negros que se encontraram nas terras brasileiras em razão da diáspora que lhes fora imposta. Contudo é a transculturalidade que marca a espacialidade quilombola na contemporaneidade, pois o quilombo tem em sua essência o caráter de abrigar e integrar os excluídos pelo Estado, tanto no passado, como no presente.

Contudo, até a constituição de 1989 não possuíam legislação que atendessem às necessidade de reconhecimento, demarcação e estrutura das comunidades organizadas sob a lógica quilombola. Assim, as comunidades quilombolas que antes estavam localizadas distantes dos centros urbanos, procurando justamente refúgio da aglomeração social, se vêem engolidas pelo urbano através das adensamento das cidades como consequência da industrialização.



As lutas institucionais para o reconhecimento das comunidades quilombolas junto a história geográfica da formação socioterritorial brasileira, seja na cidade ou no campo, vem sendo travada por muitas décadas pelo movimento negro organizado, garantindo alguns ganhos sociais. Para destacar alguns, citamos a inclusão do artigo 68 na constituição de 1989 que reconhece a presença das comunidades quilombolas ao longo do território nacional, e o decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que estabelece as diretrizes para o reconhecimento e demarcação das comunidades quilombolas a partir de parâmetros jurídicos, antropológicos históricos e geográficos.

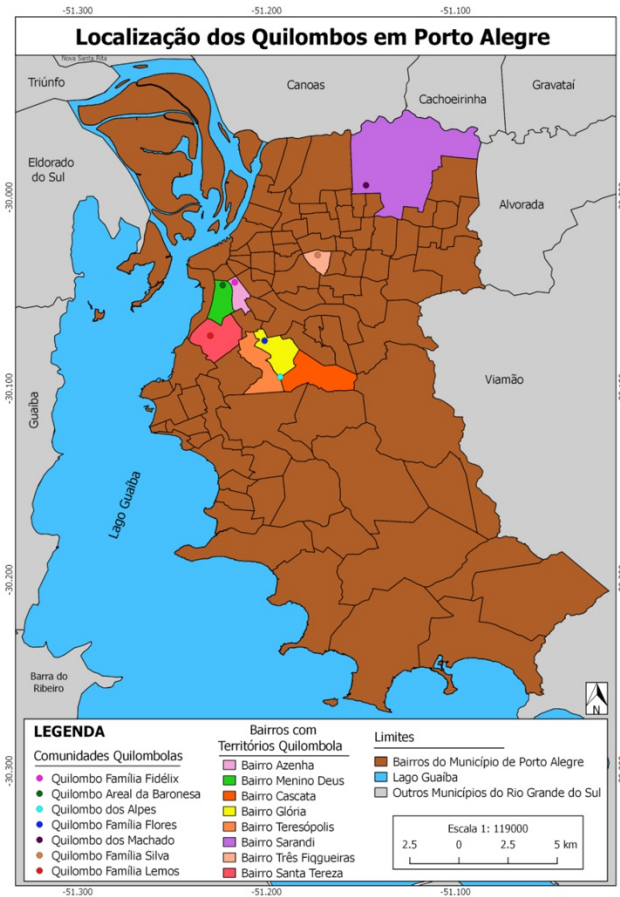
Contudo, as disputas narrativas e territoriais das comunidades quilombolas brasileiras, ainda são árduas e desiguais frente ao Estado e os demais atores do capital. Nas cidades, as comunidades quilombolas não raro se confundem com favelas e como tais, também são apagadas das cartografias oficiais.

Porto Alegre, a capital mais ao sul do Brasil, é também a capital brasileira com maior número de comunidades quilombolas auto-declaradas e reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), órgãos responsáveis pelos processos de regularização fundiária das 7 comunidades quilombolas auto-reconhecidas da cidade (Figura 1).

Entretanto, a população porto-alegrense carece de uma educação histórico-geográfica sobre seus quilombos, ainda tão invisibilizados não somente na educação básica, como também na formação acadêmica de nível superior.

O passado escravista brasileiro e o racismo estrutural deixou profundas cicatrizes nos costumes e compreensões das atuais relações cotidianas, refletindo-se não só no altíssimo número de negros habitando as periferias dos centros urbanos, como também à margem do acesso cidade e ao consumo que organiza a sociedade e o Estado capitalista brasileiro.

Figura 1 - Mapa de localização das 7 comunidades quilombolas de Porto Alegre



Fonte: Nega (2019).

Ao longo do processo histórico brasileiro, as marcas das culturas negras foram invisibilizadas e descontextualizadas no âmbito da geografia escolar que identifica e caracteriza esses povos pelo processo colonizador tão somente pelas opressões vividas. Suas vidas de resistência e resiliência através do Quilombo e suas configurações socioterritoriais pouco ocupam os espaços formadores da sociedade.

O geógrafo inglês Brian Harley (2009) apresenta a importante discussão acerca do discurso cartográfico e o quanto este impõe uma persuasão e um reconhecimento de representação unificado e universalizado criando uma legitimidade social e acadêmica sobre o espaço.

Além de Harley, nossos caminhos do mapear também dialogam com Tim Ingold (2005) que nos diz que conhecemos enquanto caminhamos, e não antes de caminhar. O viajante ou narrador que conhece enquanto caminha não está nem elaborando um mapa nem utilizando um: *simplesmente ele está mapeando*. . Os arranjos que aparecem desse processo de mapear, seja na imaginação ou materializados como objetos, são apenas ‘pontes’ ao longo do caminho, não iniciando ou terminando, e sim pontuando o processo.

Ao trabalhar na prática as teorias de Harley e Ingold, nosso capítulo pretende discutir a construção de uma cartografia quilombola, através de processos teórico-metodológicos de criação e seus usos e desafios em um espaço de resistência política e cultural, tal qual foram e são os Quilombos que cotidianamente tecem territórios de esperança.

### **No mapa da cidade - invisibilidade, na cartografia da comunidade - muitas trajetórias e presenças**

No final do ano de 2013, foi *iniciada* a parceria entre o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) e a comunidade do Quilombo dos Alpes. Esta *iniciação* enquanto termo e ação das religiões de matriz africana, indica a abertura ao espiritual na relação sagrado-profano como já falamos anteriormente em PIRES et al. (2016) e fez abrir conexões que transcendem os caminhos do ensino, da pesquisa e da extensão, tal qual sugere as relações universidade-comunidade, desenvolvendo nossa relação em confluência de saberes para aquilo que Eric Dardel (2011) chamou de *geograficidade*, onde atentamos para as geografias da existência e seus sentidos conforme estão presentes nas narrativas dos sujeitos que fazem o Quilombo dos Alpes.



As marcas da resistência desse território político cultural do povo negro de Porto Alegre, remonta a história da matriarca da família Garcia Ellias, visto que Edwirges Francisca Garcia da Silva chegou ao morro dos Alpes em Porto Alegre/RS no início do século XX. Acompanhada por seu primeiro companheiro e dois dos 4 filhos, a Vó Edwirges foi construindo sua família e morada no lugar, retirando da terra sustento e proteção contra o avanço da cidade e as exclusões sociais que sofria, cultivando entre seus filhos, parentes e agregados uma educação quilombola legítima, onde tem-se o respeito pela força do trabalho coletivo e do apoio mútuo em harmonia com os tempos e os frutos da terra.

Foi por intermédio de Rosangela da Silva Ellias, a Janja, e a Karina Rejane da Silva Ellias - neta da Vó Edwirges - que estabelecemos o contato com a presença e as memórias da cultura quilombola dos Alpes. O topônimo que faz referência ao relevo suíço, e o lugar, diante das condições climáticas de Porto Alegre, favorece acúmulos de neveiros, mantendo a paisagem enevoada nos dias mais frios.

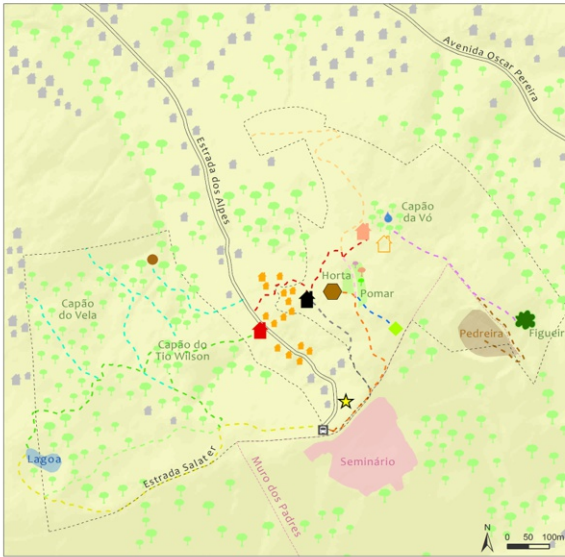
No segundo semestre de 2013, através da disciplina de graduação Organização e Gestão Territorial, ministrada para o curso de bacharelado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, empenhamos os primeiros passos de um mapeamento participativo que culminaria no mapa *Da ancestralidade à atualidade: recuperação, preservação e valorização do sagrado no Quilombo dos Alpes* (Figura 2) onde foram registradas os caminhos e trilhas utilizados pela comunidade dos Alpes, desde o tempo da vó Edwirges até a atualidade por seus descendentes.

A figura 2 representa o primeiro resultado derivado do processo de mapeamento com a comunidade quilombola dos Alpes e pode-se afirmar que sua construção metodológica, baseada nesta participação, canalizou uma iconografia quilombola. Compreendemos que a *práxis* desse trabalho com o mapa foi uma primeira etapa importantíssima para representação e visibilização da cartografia quilombola. Entretanto, no encaminhamento de sua

representação, a sua linguagem e seus símbolos não proporcionaram de imediato seu reconhecimento territorial pelos sujeitos do lugar.

Figura 2 - Da ancestralidade à atualidade: recuperação, preservação e valorização do sagrado no Quilombo dos Alpes

Da ancestralidade à atualidade: recuperação, preservação e valorização do sagrado no Quilombo dos Alpes



Elaboração: participantes da disciplina de Organização e Gestão Territorial (Geografia UFRGS) e comunidade do Quilombo dos Alpes. Novembro de 2013.

Fonte: informações obtidas com Rosângela Ellias e Karina Ellias, através de trabalhos de campo realizados no segundo semestre de 2013. Os percursos foram elaborados com base nas experiências vividas na comunidade.



Fonte: Organização e Gestão Territorial (2013).

Não encontramos nos *softwares* de mapeamento uma iconografia que expressasse as identidades quilombolas com o território. Contudo este produto rompe com os “silêncios” dos mapas, conforme dito por Harley (2009). A cartografia oficial e sistemática do município de Porto Alegre não representa seus quilombos e a mensagem é política quando omite essa representação, não valorizando a diversidade e as diferenças urbanas do espaço municipal.

A memória individual e coletiva que é transmitida pela nossa Mestra<sup>1</sup> Janja passa pelo território que foi constituído por ela e sua família e que também a constitui pela ancestralidade da vó Edwirges. Sua territorialidade perpassa por este sentimento de pertença apropriada em sua individualidade, sua corporeidade, e na coletividade. Para tanto, o geógrafo Milton Santos (1996) nos permite avançar o quanto estas reflexões tornam-se importante quando trata dessa discussão dizendo que:

a corporalidade ou corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma com que eu me apresento e me vejo, que dá conta também das minhas virtualidades de educação, de riqueza, da minha capacidade de mobilidade, da minha localidade, da minha lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas; aquelas que têm a ver com a individualidade e que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens: consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. Todas estas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, isto é, com as relações entre indivíduos; relações que são uma parte das condições de produção da socialidade, isto é, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço. (SANTOS, 1996, p. 10).

Para melhor organizar as muitas esferas do vivido que o mapa tenciona representar, fizemos uso dos valores afro-civilizatórios elencados por Ana Paula Brandão e Azoilda Trindade, nos cadernos **A Cor da Cultura** (2010), onde se lê que:

Os valores civilizatórios que formam os princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural do/s modo/s de sermos brasileiros e brasileiras. (BRANDÃO; TRINDADE, 2010).

1. Durante o transcorrer deste texto nossa referência para a liderança do Quilombo dos Alpes, Rosângela da Silva Ellias será de Mestra Janja. Mestra porque compreende o foco das narrativas e todo o processo de aprendizagem em construção dialógica. Janja é a denominação reconhecida pela comunidade e movimentos sociais civis organizados.



Os temas **memória, ancestralidade, corporeidade, circularidade, energia vital**, *se constituem em marcas* a partir das falas da Mestra Janja. E é a partir dessas experiências que o corpo-território quilombola se consolida e afirma suas bases para resistir e coexistir na urbe da cidade.

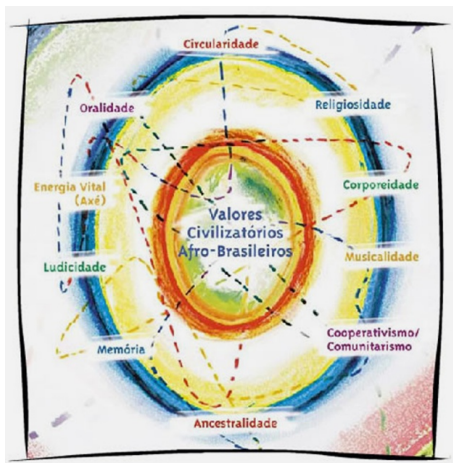
Conforme Trindade (2010), a corporeidade é muito importante, na medida em que com ela vive-se, existe, somos e estamos no mundo. Para um povo que foi arrancado do continente africano e que chega ao Brasil só com seu corpo, logo aprende a valorizá-lo como um patrimônio.

Valorizar os corpos quilombolas e toda a ancestralidade que lhes acompanha são possibilidades de construções, produções de saberes, e de conhecimentos coletivizados e compartilhados. Isto está dentro dos territórios quilombolas através de seus corpos e compõem os elementos que constituem os valores afro-civilizatórios trabalhados nos Cadernos a Cor da Cultura. São eles: a oralidade, a circularidade, a religiosidade, a corporeidade, a musicalidade, o cooperativismo/comunitarismo, a ancestralidade, a memória, a ludicidade e a energia vital (Axè). Na figura 3 apresentamos os valores-afro-civilizatórios representados nos cadernos Cor da Cultura e na figura 4, apresentamos a síntese dos marcos significativos destes valores.

Na figura 4, o ícone que se multiplica na imagem é uma *Adinkra*, ou um conjunto de símbolos que representam a expressão de conceitos, provérbios e aforismos. O símbolo *HYE-WO-NHYE* representa **resistência e permanência**. Conforme o acervo digital do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO, 2019), *Adinkra* são ideogramas que compõem um antigo sistema de escrita dos povos Acãs, da África ocidental (atual República de Gana e parte da Costa do Marfim).

Os percursos e trilhas foram grafados a partir das narrativas de quilombolas, expressando **resistência e permanência** no fato de que o ser quilombola supera as fronteiras políticas, logo, suas trilhas também cruzam as delimitações formais do terreno delimitadas pelo INCRA/RS - 2015. Conforme nos conta a própria vó Edwirges:

Figura 3 - Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros



Fonte: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto> acessado em outubro de 2019.

Figura 4 - Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros



Fonte: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto> acessado em outubro de 2019.  
Adaptado pelas autoras.

Plantei laranjeira, plantei bergamota, depois que tava tudo grande foi que eles vieram, corrê com cerca nova agora aqui... Ah, viero corrê a cerca, me botaram prá cá... Aí eu disse prá eles que eu tinha quase cem anos... Fecharam eles mesmos, fizeram a cerca e deixaram o arroio do lado de dentro prá mim. Os outros arroios eles tiraram tudo. E. Pro vê quantos anos eu moro aqui. Quantos anos já marquei aí? (PMPA, Arquivo Histórico de Porto Alegre Mõyses Vellinho. Relato obtido em 20/01/1993).

As narrativas da vó Edwirges foram reunidas pela oralidade e toda a ancestralidade do espaço em que atualmente vivem os quilombolas do morro dos Alpes. Esse pertencimento está presente na memória de seus descendentes que *evocam a palavra* para dar continuidade às suas tradições. Fanon (2008), nos diz que diversos grupos culturais da África se reúnem para “parlamentar” como forma de resolver problemas, buscando pela palavra o entendimento e a negociação de tensões. Bastante associado àquilo que se conhece academicamente por “oralidade”, é através da palavra que o mapa passou a ser representado.

Pensando na valorização da oralidade e da polifonia que compõem as histórias e vivenciam essas geografias, a *palavra* foi um dos métodos de elaboração do mapeamento co-participativo dos marcadores territoriais do Quilombo dos Alpes, constituindo-se neste processo de escuta das narrativas a possibilidade de conhecermos as histórias e as memórias que de geração em geração vão tecendo a relação identitária e sagrada com o espaço.

Muitos processos de mapeamento como estes são reconhecidos como experiência de cartografia social<sup>2</sup>. Em nossas ações vamos reconhecer a forma como este processo iniciou que foi caminhando pelo território, trilhando percursos da comunidade quilombola na

---

2. Segundo Acselrad (2013), a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficas por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão. O mapa enquanto processo, evidencia disputas epistemológicas, principalmente, associadas à reivindicação de território e também com as técnicas convencionais de cartografia.



medida em que escutamos suas narrativas, desenvolvendo-se dessa maneira, a pedido das próprias quilombolas. Essa ação foi denominada de mapeando pelas pernas. Correspondeu a um processo de reconhecimento das narrativas atribuídas aos lugares do Quilombo.

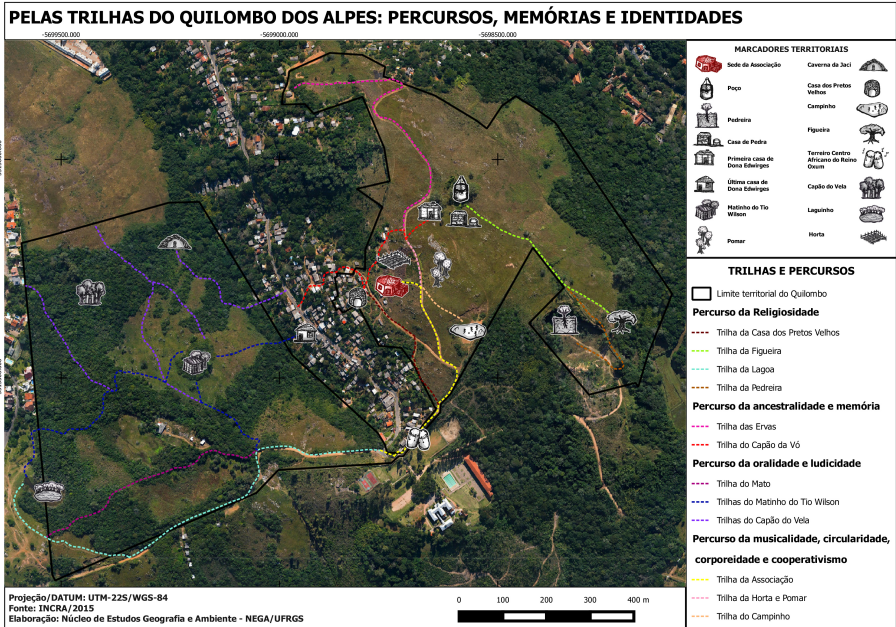
Tim Ingold (2005) nos diz que conhecemos enquanto caminhamos, e não antes de caminhar. O viajante ou narrador que conhece enquanto caminha não está nem elaborando um mapa, nem utilizando um: simplesmente ele está mapeando. Os arranjos aparecem desse processo de mapear, seja na imaginação ou materializados como objetos, são ‘pontes’ ao longo do caminho, não iniciando ou terminando, e sim pontuando o processo.

Após as informações e descrições da pesquisa serem sistematizadas, elas foram inseridas em um software de Sistema de Informação Geográfica (SIG), e sobrepostas a uma imagem de satélite do Google Earth tendo os limites do território do quilombo demarcado pelo INCRA/RS (2015) e ilustrações das trilhas e marcadores territoriais feitas pelo grupo para caracterizar as marcas elencado pelas quilombolas.

O mapa nos leva a uma representação do mundo e é, muitas vezes, construído em espaços que não estão diretamente relacionados com a experiência e histórias de vida das pessoas. Conforme Ingold (2005), habitantes nativos – no caso, a comunidade quilombola dos Alpes – podem não conseguir determinar seu lugar no espaço de acordo com algum sistema independente de coordenadas. Todavia, com razão, sabem onde estão, porque os lugares não têm posições e sim histórias. Essa perspectiva nos desafia justamente porque somos um grupo de geógrafos mapeadores do mundo em coordenadas, que passa a mapear o mundo da vida, das experiências significativas vivenciadas no lugar e que deixam materialmente e simbolicamente marcas territoriais profundas.

A figura 5 representa o mapa dos valores civilizatórios afro-brasileiros do Quilombo dos Alpes - Pelas trilhas do Quilombo dos Alpes: *percursos, memórias e identidades*.

Figura 5 - Pelas trilhas do Quilombo dos Alpes: percursos, memórias e identidades



Fonte: Banco de dados NEGA (2015).

O processo metodológico deste mapeamento foi construído com base no conceito co-participativo fundamentado na concepção de Paulo Freire (1975). Quando Paulo Freire reflete a importância da comunicação no processo de conhecimento, básica nas relações humanas, ela se apresenta como uma relação social, igualitária, dialógica, de co-participação dos sujeitos no ato de conhecer.

Com base nesse processo, inclusive, questiona-se o conceito de extensão tão usualmente utilizado nos meios acadêmicos. Isso porque na prática, a extensão, está presente na ação de levar, de transferir, de depositar algo em alguém, uma conotação atrelada fortemente à educação bancária e assistencialista. No processo comunicativo de Freire (1975) não há sujeitos passivos, os sujeitos co-intencionados se comunicam pelo seu conteúdo.

Optando pelo ato político que envolve a construção dessas ações em torno do mapeamento, denominamos de mapeamento co-

participativo essa expressão política da cartografia entre diferentes sujeitos que se comunicam e pensam o espaço nas suas estratégias de formação territorial, de conflitos, de afirmação, de visibilidade e de projetos futuros para construir um espaço mais justo e solidário.

O mapeamento co-participativo resultou no mapa-narrativa que compreende um diálogo e relaciona o vivido entrecruzado com o espaço. Representam sentidos e linguagens de significação do conhecimento pela percepção do mundo em suas transformações experienciadas (PIRES et al., 2016).

A palavra (oralidade e todos os valores civilizatórios afro-brasileiros) representa a marca no mapa-narrativa. Caminhando com a Janja pelo seu espaço e ouvindo suas memórias, representamos no mapa seus marcadores territoriais, que por sua vez são registros dos percursos cotidianos da comunidade. As trilhas estão gravadas no espaço, e no conhecimento dos membros da comunidade quilombola que as corporificam retomando e caminhando por seu território, cabendo reconhecer as trilhas e percursos cotidianos, como patrimônio cultural e histórico da comunidade quilombola dos Alpes.

Mais uma vez Ingold (2005) apoia esta discussão tão importante para pensar a cartografia na Geografia: não é uma vista de cima substituída por uma vista “cá de baixo”, mas de uma vista retomada ao longo de muitas trilhas, trajetórias que se compõem na relação com o espaço, ao longo das quais as pessoas movimentam-se na vida prática. Por isso no mapa da figura, 5 não há um começo e/ou fim das trilhas, é como estar presente na totalidade do espaço e ao mesmo tempo em todos os percursos, parafraseando nossa Mestra Janja: “o *Quilombo está em toda parte*”.

### **Sonhos que se pegam com a mão**

Das transformações metodológicas do mapeamento co-participativo, associada a pesquisa-ação ao desvelar o território do Quilombo dos Alpes, a parceria de trabalho entre a comunidade e a universidade vem se estendendo de 2013 até o presente, com muitos

anos ainda pela frente de trabalhos e conquistas trilhadas conjuntamente.

Nesta seção falaremos dos desdobramentos vislumbrados pela comunidade e organizados a partir do mapa-narrativa, possibilitado que as demandas por estrutura para educação, geração de renda e moradia qualificada sejam gradualmente alcançadas através da organização e mobilização comunitária assessoradas pelo Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA) e seus associados. Trata-se da apresentação dos sonhos que a comunidade aos poucos vem pegando com a mão.

São três os eixos principais de atuação delineados a partir do mapa *Pelas trilhas do Quilombo dos Alpes: Percurso, Memória e Identidade* (NEGA, 2015) (Figura 5). O primeiro diz respeito a GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA a partir da comunidade, valorizando as trajetórias e saberes dos sujeitos quilombolas; o segundo eixo elencado é o de MORADIA QUILOMBOLA que permita às famílias retomarem o território dentro das demarcações propostas pelo INCRA/RS com estabilidade e segurança, para além das área de risco de deslizamento de encosta que atualmente ocupam; e por fim, o terceiro eixo que perpassa os dois primeiros trata da EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, e abrange desde a alfabetização de jovens e adultos da comunidade, passando por experiências pedagógicas com as crianças e os jovens quilombolas, até a formação de professores e estudantes da educação básica à universitária.

### **Eixo 1 - TRABALHO E RENDA**

A partir do mapa publicado em 2015, já no ano seguinte demos início ao projeto de turismo de base comunitária PELAS TRILHAS DO QUILOMBO DOS ALPES, onde os visitantes podem percorrer as trilhas elencadas no mapa. Através de duas modalidades de visitação é possível conhecer um pouco mais das memórias e narrativas da comunidade quilombola dos Alpes.

Destinado a atender a comunidade escolar, corroborando com as diretrizes da lei 10.636/03 que prevê o ensino da cultura histórica e geográfica de África e suas heranças na cultura nacional o programa de visitação da comunidade do Quilombo dos Alpes tem por objetivo visibilizar a presença quilombola na cidade, costurada com as memórias da cidade e do lugar narradas pela Mestra Janja. Além de gerar trabalho e renda a partir do território para as famílias quilombolas que auxiliam na acolhida e alimentação dos visitantes, o programa também possibilita a formação de estudantes, professores e público em geral nos assuntos pertinentes a questão quilombola, através dos *insights* que estão presentes nas narrativas de Janja, em relação aos vínculos territoriais e as disputas legais pela terra.

Entre 2016 e o início de 2019 o programa PELAS TRILHAS DO QUILOMBO DOS ALPES recebeu a visita de mais de 50 grupos entre educação básica nos níveis fundamental e médio, e ensino superior nas modalidades de graduação e pós-graduação, além de grupos culturais ligados a capoeira, a alimentação lenta (*slow food*) e a trilheiros de vocação. Com uma média de 25 pessoas por grupo, ao longo deste período a comunidade já recebeu a visita de mais de 1.500 pessoas interessadas em conhecer e aprender sobre a presença quilombola na cidade de Porto Alegre.

O trabalho do NEGA neste projeto é auxiliar a comunidade na comunicação e divulgação do programa, e também estender os saberes quilombolas às escolas em atividades formativas denominadas de pré-campo. Desta maneira, o grupo de participantes do NEGA, em sua maioria graduandos das habilitações licenciatura e bacharelado em Geografia, conduzem apresentações nas escolas sobre a temática e a presença quilombola na cidade, contextualizado os visitantes sobre o território e os sujeitos que irão recebê-los no Quilombo dos Alpes.

Através de atividades variadas a organização dos pré-campos é uma forma de mediar o contato do público com a invisibilização da temática, além de subsidiar práticas pedagógicas na formação docente na licenciatura em Geografia. Para cada nível de ensino, a abordagem se diversifica, contando com jogos lúdico-pedagógicos



para os anos iniciais do ensino fundamental, análises cartográficas e socioterritoriais sobre a formação da cidade de Porto Alegre para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

As figuras 6,7 e 8 retratam fragmentos dessa caminhada de mobilização e organização comunitária mediada em nosso modo de fazer extensão universitária.

Figura 6 - Capa do material de divulgação do programa Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes

Figura 7 - Pré-campo no Colégio de Aplicação da UFRGS com as turmas Alfas - 3º e 4º ano

Figura 8 - Registro da trilha realizada por estudante do Colégio Israelita



Fonte Figura 6: Nega 2016; Figura 7: Nega (2018).  
 Fonte Figura 8: Pedro Dienstmann Teitelbaum (2017).

## Eixo 2 - MORADIA QUILOMBOLA

Outro desdobramento importante evidenciado pelo mapeamento co-participativo foi o da *moradia quilombola* que existe enquanto desejo da comunidade desde 2004, mas que vem se concretizando com o auxílio do NEGA desde 2016. Após uma laboriosa disputa junto ao poder público em instância federal, foi aprovado o projeto habitacional para a construção de 50 unidades habitacionais destinadas a 50 das 120 famílias quilombolas que vivem no território, dentro dos limites de demarcação e arredores.

O projeto intitulado Habitacional Quilombo dos Alpes - JV, faz homenagem aos irmãos Joelma Ellias e Valmir Ellias, assassinados em 2008 durante uma emboscada que também feriu a própria Janja com um tiro na perna. As causas do crime são conhecidas pela família, mas negligenciadas pelo Estado e a mídia.

A tragédia familiar faz com que a família Ellias se resguarde dos assédios das práticas de pesquisas, dos movimentos sociais e assistencialistas, que comumente rondam as comunidades tradicionais. Porém, com a chegada do NEGA em 2013, à convite da Associação Quilombola dos Alpes D. Edwirges - entidade civil organizada que responde enquanto pessoa jurídica à organização comunitária do Quilombo dos Alpes - foi possível dar continuidade ao sonho de moradias seguras e legalizadas junto ao plano de urbanização da cidade, conforme já era demanda em 2004.

O processo de aproximação do NEGA para com essa demanda, veio principalmente a partir dos vínculos de confiança que foram se estabelecendo durante a confecção do mapeamento co-participativo e a consolidação do primeiro eixo de trabalho que diz respeito a geração de renda no território. A partir da consolidação desta parceria foi possível aprofundar os elos comunicativos de trabalho realizado pelos geógrafos e a a comunidade.

Os sujeitos do NEGA que começaram a acompanhar o projeto enquanto graduandos e que ao longo do processo foram conquistando os títulos de bacharéis e licenciados passaram, a partir

de 2016 a responder enquanto equipe técnica social do projeto de habitação, pleiteado junto a Caixa Econômica Federal e financiado pelo extinto Ministério das Cidades, atual Ministério do Desenvolvimento Regional.

O movimento de formação de profissionais, assim como o de pleitear vagas de atuação para as geógrafas em um campo predominantemente dominado pela Assistência Social e a Sociologia, é também uma conquista pedagógica possibilitada pela parceria comunidade-universidade, e só foi possível devido a comprovação dos vínculos anteriormente estabelecidos.

Entre 2016 e 2018, o projeto habitacional tomou forma no papel e nas instâncias competentes junto ao estado do Rio Grande do Sul e a prefeitura municipal de Porto Alegre. Em fevereiro de 2018 o projeto foi selecionado para contratação, mediante a aprovação dos projetos construtivos e cadastramento das famílias junto aos órgãos de assistência social. O prazo para a aprovação dessa documentação inicialmente de 30 dias, ampliou-se para 60 dias, contudo o volume de aprovações pediam um prazo de 1 a 2 anos, mesmo assim conseguimos a aprovação da totalidade dos documentos dentro dos prazos estabelecidos pelo edital, principalmente a partir do contato com os funcionários de carreira dos órgãos responsáveis por cada um dos critérios construtivos, ambientais e sociais.

Mesmo com todo o projeto aprovado e legalizado junto aos órgãos competentes, dentro dos prazos estabelecidos para a contratação dos projetos selecionado, o Habitacional Quilombo dos Alpes - JV enfrentou ainda uma disputa jurídica para ter acesso ao recurso de R\$ 4.400.000,00 destinado a construção das 50 unidades habitacionais. A alegação da Caixa Econômica Federal para a impugnação da contratação do projeto selecionado foi a falta de garantias para a aplicação do financiamento, pois segundo a legislação das terras quilombolas está previsto a concessão de uso mas não de posse, tornando assim essas terras inalienáveis, indivisíveis e impenhoráveis, conforme posto no artigo 17 da Lei

4.887/03. Somente a partir de uma ação judicial movida via Ministério Público, articulada pela Associação do Quilombo dos Alpes e o NEGA, fez com que em novembro de 2018 fosse assinada a contratação do projeto Habitacional Quilombo dos Alpes - JV.

As movimentações, reduzidas aqui em poucos parágrafos, evidenciam não só a falta de interesse do Estado frente às particularidades da questão Quilombola, como também o racismo institucional que está estruturalmente entranhado nesse, pois, a impugnação do projeto selecionado e aprovado para contratação, deu-se principalmente pelo desconhecimento dos mecanismos jurídicos possíveis de serem aplicados nessa situação. Desde março de 2019 os recursos têm sido liberado, porém é instável a periodicidade desta liberação, e o projeto que tem por meta ser concluído em 24 meses a contar de março deste ano, já se vê comprometido a ultrapassar o prazo. Destaca-se novamente a desorganização e negligência do Estado frente a organização e mobilização comunitária.

As figuras 9 e 10 registram o desenvolvimento do projeto em seu aspecto construtivo, lembrando que o mesmo é desenvolvido a partir de dois vieses: o construtivo e o social, do qual falaremos mais detalhadamente no eixo 3 desta parte. Para além disso, destaca-se também que o projeto tem gerado emprego e renda para a mão de obra local, em grande parte também beneficiária das habitações, valorizando assim a identidade quilombola e os saberes construtivos que permeiam a formação identitária dos sujeitos do Quilombo dos Alpes.

Figura 9 - Assentamento das primeiras fundações por Janja e Eduardo Ellias - mãe e filho

Figura 10 - Canteiro de obras



Fonte Figura 9: Scarlat dos Santos Ellias (2019). Figura 10: Nega (2019).

Além da assessoria à Associação Quilombola junto as burocracias institucionais, o NEGA e seus associados desenvolvem levantamentos censitários e mapeamentos socioeconômicos junto às famílias beneficiárias, desenvolvendo assim o perfil da comunidade e evidenciando, através da leitura dos sujeitos sobre si mesmo, lacunas que carecem de atenção e mobilização da comunidade para supri-las. Essas trocas acontecem ao longo das assembléias, oficinas e plantões realizados periodicamente no território (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Oficina de área de risco com as famílias beneficiárias



Fonte: Nega (2016).



Figura 12 - Assembleia de beneficiários.



Fonte: Nega (2019).

### **Eixo 3 - EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

Por fim, mas não por último falaremos dos aspectos da educação quilombola que perpassa todos os demais eixos, seja por nossa formação como geógrafas licenciadas, seja pela tradição pedagógica inerente a lógica quilombola. As práticas de educação quilombola sempre estiveram presentes nas atividades desenvolvidas pelo NEGA junto da comunidade, o programa das trilhas, por exemplo, para além da geração de renda, é também um potente instrumento de formação para a diversidade e os estudos étnico-raciais, visto que a confluência de saberes permite a visibilidade das disputas e das conquistas quilombolas frente a estrutura socioterritorial que formam nossos sentidos sociais de cidade.

Como falado anteriormente, Porto Alegre é a capital brasileira com maior número de comunidades quilombolas auto-declaradas, contudo, não existe nenhuma escola quilombola na cidade. Existem sim, escolas públicas municipais e estaduais próximas aos territórios das comunidades quilombolas, no caso do Quilombo dos Alpes, as escolas mais próximas estão a 2km de distância do núcleo comunitário, em um território disputado pelo tráfico de drogas.

Deste modo, o desejo por uma escola quilombola dentro do território do Quilombo dos Alpes sempre foi uma vontade, mas

também uma necessidade identificada por Janja e as demais lideranças quilombolas, pois além de garantir uma educação identitária para as gerações mais novas, é também uma oportunidade das gerações mais velhas vencerem os obstáculos da exclusão social reproduzidas no universo da Escola, e que não raro ocasionou e ocasiona a evasão escolar por grande parte dos adultos e também dos jovens da comunidade. Experiências desenvolvidas junto a Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, uma das escolas públicas que atende o público do quilombo, foram realizadas em 2014 (DOBAL, 2014) auxiliando na mediação entre a comunidade quilombola e a comunidade escolar.

Porém, a necessidade de uma educação quilombola territorial se faz indispensável, e assim nasceu as práticas pedagógicas para uma geografia quilombola junto à comunidade dos Alpes. Inicialmente, atuamos com as crianças e os jovens através de oficinas durante as férias de invernos de 2017 e 2018, no entanto com o estreitar dos laços de parceria e com a implementação do projeto habitacional, a relação de pedagógica também tem se estendido aos adultos através de práticas pedagógicas desenvolvidas em oficinas regulares ao longo de 2019.

O programa de visitação da comunidade tornou evidente a necessidade de instrumentalização dos comunitários, e assim deu-se início a práticas com as crianças e os jovens em ciclos de oficinas ofertados durante os meses de inverno. As experiências organizadas no contraturno das aulas escolares, e em alguns casos durante o período de férias traziam em suas súmulas as questões ético-estética da temática quilombola e suas identidades territoriais.

Em 2017, desenvolvemos três oficinas, a primeira sobre máscaras africanas, que intentou desenvolver junto às crianças e jovens suas representações do território (Figura 13), a partir da construção desse elemento cênico ancestral, seguido pela oficina cartográfica dos marcadores territoriais do quilombo sob a perspectiva dos jovens (PENHA, 2017), e por fim, o muralismo que trouxe uma oficina de arte de rua para dentro do espaço da sede da

---

Associação Quilombola e culminou em um mural elaborado pelos jovens em parceria com o professor e muralista Ben-hur José Soares.

As oficinas em 2018 com os jovens ganharam novos parceiros<sup>3</sup> e se desenvolveram a partir de quatro atividades, a primeira delas foi a oficina de identidade e ancestralidade, focada na criação de autorretratos e da árvore genealógica das crianças e jovens. Depois, foi desenvolvida em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAMS), junto a subpasta da Educação Ambiental, uma oficina de horta comunitária (Figura 14) que contou com a confluência dos usos e lida com a terra. Na sequência, a terceira oficina de 2018 contou com a parceria do professor de matemática Ernani Freitas, que trouxe o jogo da Mankala, que trata de uma metáfora matemática para o ciclo da colheita e era jogada através de um tabuleiro pelos povos egípcios originários. Encerrando as atividades deste ano, realizamos junto a professora de dança Clarisse Moraes, o percurso dos território negros do centro de Porto Alegre, onde através de uma saída de campo guiada os jovens puderam ter contato com as memórias das presenças negras na cidade, para além unicamente dos registros de violência que inferiorizam a condição do povo negro no currículo escolar.

Ainda em 2016 durante a composição do projeto habitacional para o edital de financiamento foram realizadas oficinas com as famílias, abordando temas relativos à moradia e os objetivos do projeto, conforme destacado anteriormente (Figura 11), porém em 2019 com a consolidação do projeto habitacional, e a realização do levantamento censitário, identificamos a demanda por alfabetização e letramento de jovens e adultos a partir dos 18 anos, visto que mais 60% dos beneficiários possuem ensino fundamental incompleto. A partir desse cenário, o NEGA e seus associados enquanto responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho técnico social do projeto habitacional tem organizando oficinas de letramento e

3. O ciclo de oficinas deste ano foram registradas pelo coletivo audiovisual Catarse, e podem ser acompanhadas em

<https://www.youtube.com/watch?v=fhbApVRAqBM&t=8s>

alfabetização para jovens e adultos, a fim de instrumentalizá-los no exercício da cidadania que não se limita apenas a moradia, mas se estende para a leitura e escrita do seu mundo.

As atividades de letramento e alfabetização (Figura 15) tem acontecido periodicamente duas vezes por semana, e atendido para além dos adultos em busca do exercício do letramento e alfabetização, tem acolhido também os jovens no contraturno escolar através do desenvolvimento de grupos de estudos, e das crianças para atividades de recreação enquanto seus pais estudam. O projeto, ainda em estágio inicial, segue em busca de parcerias para o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste espaço às avessas, estamos construindo as bases de uma escola quilombola, contando com a transdisciplinariedade multiserial e a pedagogia situada mediada pela dialógica da qual nos fala Paulo Freire (1986) enquanto fundamentos metodológicos para este exercício pedagógico.

Os desdobramentos da cartografia co-participativa apresentados nesta seção, fazem parte daquilo que parafraseando a Mestra Janja, são sonhos que a comunidade vai pegando com as mãos. Neste relato certamente não ficam evidentes a sobrecarga de conflitos e desafios junto ao Estado e entre os indivíduos e atores sociais que fazem parte desta *práxis*, porém destacamos uma vez mais que esse trabalho só tem sido possível por causa da confiança e dedicação mutuamente afirmadas na relação entre o NEGA e as lideranças do Quilombo dos Alpes.

Figura 13 - 'Máscaras africanas' - oficinas de inverno.  
 Figura 14 - 'Horta Quilombola' - oficinas de inverno.  
 Figura 15 - Oficina 'Letramento para jovens e Adultos'



Fonte: NEGA (2017, 2018, 2019).

### **Mapa-narrativa afirmando as presenças e traduzindo as resistências quilombolas em Porto Alegre**

Apresentamos neste artigo de maneira organizada as múltiplas práticas que concomitantemente derivam do mapa-narrativa desenvolvido junto a comunidade do Quilombo dos Alpes. Esta *práxis* teórica-metodológica para o agir geográfico, tem auxiliado na instrumentalização das reação comunitária aos reveses causados pela negligência do Estado frente às dívidas de reparação histórica aos povos negros brasileiras. O mapa-narrativa fortalece nossa compreensão de espaço/evento de Milton Santos (2004), onde no espaço há simultaneamente a diacronia (eixo das sucessões) e a sincronia (eixo das coexistências). Conforme o autor,



Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. Já no viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências (SANTOS, 2004, p. 159).

O mapa-narrativa constitui um espaço afirmado pela presença quilombola numa cidade que invisibiliza suas narrativas e memórias. A cidade plural, diversa, heterogênea, multicolorida, diferente e divergente das narrativas desenvolvimentistas e que homogenizam seus espaços se apresenta e emerge pela oralidade da presença quilombola. O mapa-narrativa desnaturaliza a visão de espaço-tempo ordenado territorialmente como um enunciado linearmente construído, ou seja, quilombos são do passado. **Quilombo é presente e é evocado pelas narrativas quilombolas.**

Outra questão que é importante destacar: esta articulação universidade-comunidade não se dá de maneira assistencialista ou efêmera, buscamos na criação e no aprofundamento dos vínculos técnicos e afetivos engendrar as bases sociais da cidade que queremos, mais igualitária, socialmente justa, anti-racista e anti-sexista. As experiências metodológicas proporcionadas pelo trabalho de extensão, ensino e pesquisa que se consolidam junto a comunidade do Quilombo dos Alpes e o Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente (NEGA), são exemplos da potencialidade política da Geografia, não apenas enquanto disciplina acadêmica mas enquanto *geograficidade*, experienciando ler e representar o território a partir do mundo vivido em suas contradições e incompletudes do ponto de vista técnico e existencial.

A afirmação das comunidades quilombolas no mapa de Porto Alegre segue a lógica de disputas narrativas desiguais. Contudo, através da pesquisa-ação orientada pela comunidade do Quilombo dos Alpes nos tem sido possível gradativamente desvelar as narrativas territoriais das outras seis comunidades quilombolas de

Porto Alegre. Onde cada qual com suas particularidades, guardam consigo o registro das permanências e resistências que se entrelaçam em um panorama de segregação e sobrevivência ao ambiente urbano, fortemente invisibilizado na cidade de Porto Alegre.

Notamos assim, a necessidade de registrar essas presenças através de mapas-narrativas que registrem as histórias territoriais das sete comunidades quilombolas de Porto Alegre. Para isso, estamos desenvolvendo junto ao NEGA um Atlas da afirmação e visibilidade das presenças quilombolas. Este projeto, também enquanto desdobramento evidenciado pelo mapa-narrativa elaborado junto a comunidade do Quilombo dos Alpes tem por objetivo promover as demandas quilombolas junto ao plano de urbanização da cidade que será discutido no próximo ano. Trata-se de mais uma das potencialidades elencadas através da narrativa e representação do território quilombola que é tão disputado e pouco discutido entre os atores sociais.

A partir dos aprendizados epistêmicos multiplicados pela comunidade do Quilombo dos Alpes, notamos a existência de uma preparação para o exercício da cidadania e do fazer profissional, e que está enraizado nos valores civilizatórios éticos-estéticos da sabedoria para a resistência e afirmação da existência da cosmologia quilombola. São inúmeras as disputas narrativas ao qual estão sujeitadas as disputas territoriais cotidianas no Quilombo dos Alpes, assim como também a própria metodologia de cartografia social no campo da Geografia. As leituras dos território invisibilizados de Porto Alegre não estão confinadas ao ponto de vista da comunidade do Quilombo dos Alpes, que apesar das suas particularidades possui questões em comum com as demais comunidades da cidade. Logo, se faz indispensável a ampliação das cartografias quilombolas para as demais comunidades e também para a cidade enquanto um todo integrado onde se justapõem as territorialidades quilombolas. Do mesmo modo, se faz indispensável a ampliação das metodologias em cartografia social, ajustando o foco e o fazer cartográfico de acordo com as necessidades e a interlocução de cada território.

## Referências

- ACSELRAD, Henri. Viégas, Rodrigo. Cartografias sociais e território – um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (Org.) **Cartografia Social Terra e Território**. Universidade federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
- BRANDÃO, Ana Paula; TRINDADE, Azoilda Loretto da (Org.). **Modos de brincar**: caderno de atividades, saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Disponível em <http://www.acordacultura.org.br/sites/default/files/kit/MODOSBRINCARWEB>.
- BRASIL. Art. 68, de 5 de outubro de 1988. Brasília: Ato das Disposições Constituições Transitórias.
- BRASIL. Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Brasília: Casa civil.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: A natureza da realidade geográfica: tradução Werther Holzer. – São Paulo; Perspectiva, 2011.
- DOBAL, Winnie Ludmila Mathias. **Narrativas Espaciais do Quilombo dos Apes Porto Alegre/RS**: instrumento de enriquecimento do ensino de Geografia na busca de uma educação territorial antirracista. Monografia. Porto Alegre: Departamento de Geografia/ UFRGS 2015.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**: tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, P., SHOR, I. **Medo e Ousadia** – o cotidiano do professor. São Paulo: Vozes, 1986.
- PIRES, Cláudia. PAULA, Cristiano Quaresma de. BONETTO, Helena. Mapas-narrativas e um conto de geográfico. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz. PIRES, Cláudia Luisa Zeferino (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016.
- HARLEY, Brian. Mapas, saber e poder. In: GOULD, Peter; BAILLY, Antone. **Le pouvoir des cartes et la cartographie**. Antropos, 1995: Paris. Tradução Mônica Balestrin Nunes, p. 19-51.
- INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – Mapas, Descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, ISER, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.
- PENHA, Matheus Eilers. **Geração de Ambiências no Quilombo dos Alpes**: práticas de cartografia para fundamentar uma educação quilombola.

---

(Monografia). UFRGS, 2017.

- PIRES. Cláudia Luísa Zeferino, RATHMANN. Marília Guimarães, FREITAS. Clarice Moraes, SILVA. Luana de Lima e. O sagrado e o território: da ancestralidade à atualidade no Quilombo dos Alpes - Porto Alegre - RS. In: **Plurilocalidades dos Sujeitos: representações e ações no território**. Organizadores: Cláudia Luísa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich e Benhur Pinós da Costa - Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura. 2016.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia cidadã**: por uma epistemologia da existência. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n. 21, ago. 1996.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004.
- TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores civilizatórios afro-brasileiros e Educação Infantil: uma contribuição afro-brasileira. Modos de brincar. In: **Cadernos de saberes, fazeres e atividades**. A Cor da Cultura, 2010